

# Ideologia e livro didático

Roberto Catelli Jr

Entre setembro e outubro de 2007, vários jornais e revistas de grande circulação do país publicaram matérias sobre os livros didáticos brasileiros, em especial os livros de História. A motivação inicial era a suposta ideologia de esquerda presente nessas obras, o que levaria a uma manipulação e até uma possível doutrinação das crianças. E tudo isso feito com dinheiro público, uma vez que a grande maioria dos livros didáticos vendidos no país é originária do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui gratuitamente esses livros para as escolas públicas de todo o país.

Nas matérias publicadas por esses veículos de comunicação, destacam-se manchetes como: “Boa parte dos livros didáticos apresenta distorções ideológicas. Por que elas existem e como comprometem a educação (Revista Época, 22/10/2007)”, “Um livro didático bisonho, encharcado de ideologia” (O Globo, 18/09/2007) ou ainda “Uma guerra ideológica e comercial” (Revista Carta Capital, 04/10/2007).

Em todas as chamadas destaca-se a palavra ideologia. Nas duas primeiras, a ideologia tem uma forte carga negativa. A presença de um conteúdo de caráter ideológico é visto como um problema dessas obras. No entanto, precisamos primeiramente esclarecer o que se pode entender por ideologia, conceito tão complexo nas ciências sociais.

Ao retomarmos alguns dos pensadores clássicos das ciências sociais, descobrimos que o conceito de ideologia pode assumir diferentes significados. Para Augusto Comte (1798-1857) a ideologia se relaciona a um conjunto de idéias que pode explicar os fenômenos naturais e humanos; sendo assim, ideologia é sinônimo de teoria.

Já para Émile Durkheim (1858-1917) a neutralidade científica deve ser garantida e o sujeito do conhecimento deve estar totalmente separado do objeto do conhecimento. Para isso, ele cria um método de investigação que busca a objetividade sem a interferência de paixões pessoais. Para ele, a ideologia será exatamente o oposto disso, ou seja, é aquele conhecimento que não respeita as idéias científicas de neutralidade e objetividade, é um pensamento vulgar que não tem validade científica.

Por fim, no pensamento marxista, como explica a filósofa Marilena Chauí:

*“A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da*

*sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado”<sup>1</sup>.*

Na visão marxista, a ideologia mascara as diferenças sociais e perpetua as desigualdades sociais. Ela se relaciona diretamente com a luta de classes e caberia aos movimentos sociais desvendar essa falsa representação social. A ideologia seria uma manipulação das consciências dos indivíduos pela classe dominante interessada em preservar seus interesses econômicos.

Considerando essas três concepções, o que se quer dizer quando se afirma que uma obra didática está “encharcada de ideologia”? Poderíamos afirmar que dentro do espírito de Durkheim, essa seria uma obra que não atende aos critérios de objetividade científica e do ponto de vista marxista, que existe uma grande manipulação que oculta a realidade. Certamente os autores dessas matérias jornalísticas não tinham de fato nenhum desses pressupostos. O que de fato está por trás dessas matérias, está mais próximo do pensamento de Augusto Comte: ideologia está sendo tratada como uma teoria, uma forma de explicar o mundo. No entanto, a questão é mais simples do que — creio — proporia Augusto Comte. Os autores das matérias jornalísticas estão de fato preocupados com o suposto ideário político de esquerda presente em várias obras didáticas. Mas é possível construir uma obra didática sem que transpareça algum ideário, alguma concepção política?

**Todo discurso possui uma intencionalidade.**

**Nenhum discurso é inocente.**

Definitivamente, não. Toda obra, didática ou não, deixa transparecer uma intenção, um discurso que caminha na direção de um ideário de seu autor. Isso já começa a ocorrer no próprio uso e escolha das palavras. Sobre isso, afirma Adilson Citelli:

*“Se as palavras, por exemplo, nascem neutras, mais ou menos como estão em estado de dicionário, ao se contextualizarem passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos. Nós iremos viver e aprender em contato com outros homens, mediados pelas palavras, que irão nos informar e formar. As palavras serão por nós absorvidas, transformadas e reproduzidas, criando em circuito de formação e reformulação de nossas consciências”<sup>2</sup>.*

Um contemporâneo da Revolução Francesa, ao comentar os destinos da educação naquela sociedade afirmou:

*“A sociedade deve colocar ‘a instrução ao alcance de todos’, graças a um sistema de estabelecimentos escolares organizado pelo Estado, rigorosamente neutro em matéria religiosa, mas ensinando uma moral natural e universal e as virtudes sociais e republicanas, realizando, para além das divergências locais, uma unidade em torno da língua francesa”<sup>3</sup>.*

Quer dizer, o Estado francês deveria ser neutro em matéria religiosa, mas não em política. Ao ser neutro em matéria religiosa já deixa também claro sua defesa do laicismo em oposição ao que tinha sido a educação até então, dominada pelo catolicismo.

Ao investigar vários livros didáticos produzidos no Brasil ao longo do século XX também identificamos que todos os autores claramente defendem um modelo de organização social e política em detrimento de outra.

Em 1924, o professor Rocha Pombo lançou o seu manual de História do Brasil para o curso fundamental. Seu objetivo era fazer um panorama da história brasileira desde 1500 até o começo do século XX. Ao escrever sobre a Proclamação da República ele afirma:

*“Entre as causas imediatas que determinaram a queda da monarquia é preciso, pois, contar como primeira essa desídia ou indiferença dos grandes chefes políticos pelas instituições; e também, no imperador, umas tantas virtudes que se consideram quase como negativas num chefe de Estado. Foi realmente D. Pedro II um monarca tão pacífico e liberal, e sobretudo de uma tolerância tão completa, que se tem razão para julgar tudo isso mesmo como qualidades intrínsecas do seu caráter do que como falta de confiança na sorte do regime que representava. E até a prova disto deu no dia em que o depuseram, não se surpreendendo com a desgraça. O que se observa é que estamos, nesta época, em presença de um Brasil novo. Mesmo que não se chegasse tão depressa aos acontecimentos de 15 de novembro é fora de dúvida eu as próprias instituições vigentes muitos teria de ceder ao espírito que veio animando toda a nossa história, e que se mostra agora irredutível e imperioso” (sic).<sup>4</sup>*

De maneira sutil ele condena a monarquia, a qual nem mesmo o imperador parecia dar suficiente crédito. Além disso, a república teria animado toda a nossa história, ou seja, era quase que natural que um dia chegássemos a ela.

Já nos anos 1960 surgem os manuais escolares de Educação Moral e Cívica, durante a ditadura militar. Essa se tornou disciplina obrigatória nas escolas e surgiram, então, várias livros didáticos para suprir a demanda. No livro intitulado *Moral e civismo*, afirmava-se sobre a história brasileira que:

*“A sociedade brasileira vai se firmando cada vez mais nas grandes fazendas de cana-de-açúcar. Em torno dos engenhos vai tomando corpo a vida social brasileira. A aristocracia rural que daí surgiu foi um fator preponderante da colonização. Prosseguindo nas características históricas do Brasil, encontramos o movimento dos bandeirantes, que foi uma grande aventura de conquista. O heroísmo daqueles bravos dilatou as nossas fronteiras. Um surto de independência já passava pelas colônias espanholas. No Brasil também, a consciência do próprio valor começava a tomar corpo, crescendo cada vez mais. Em 1889, a República inaugura um novo período de nossa história. O amor à liberdade levou-nos a participar de duas Guerras Mundiais que abalaram o mundo”<sup>5</sup>.*

Como se percebe, a obra está embebida de um forte nacionalismo próprio daquele momento histórico. Já na capa do livro estão presentes as cores da bandeira. Queriam mostrar o caráter heróico do povo brasileiro, que luta pela defesa da nação e da liberdade. É preciso lembrar que esse nacionalismo procurava endeuçar o Estado e minimizar os conflitos sociais. A população deveria seguir cabalmente as posições do governo militar sem fazer questionamentos de qualquer ordem. O amor à pátria deveria ser maior do que a crítica. Por isso, o famoso slogan governamental “Ame-o ou deixe-o”.

Já em 1979, em clima de abertura política, o livro de História intitulado: *Trabalho Dirigido de História do Brasil (TDHB)*, publicado nesse mesmo ano, explicou o golpe militar de 1964 da seguinte forma:

*“A preocupação aumentou ainda mais quando, a 13 de março de 1964, o Presidente, em um comício realizado junto à E.F. Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se reuniram milhares de trabalhadores, para aumentar seus poderes, anunciou a Revisão da Constituição e assinou decretos da reforma agrária, incorporando empresas etc. Imediatamente a oposição se agigantou em todo o país. Os militares e uma parte da classe dirigente do país, apoiados pelo clamor popular, representado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 31/03/1964, depuseram o presidente. Em 15 de abril de 1964, tomou posse no cargo de presidente o General Humberto de Alencar Castelo Branco. De acordo com o que lhe era conferido pelo Ato Institucional no 1, o presidente cassou os direitos políticos dos elementos que pudessem trazer riscos à normalização de nossa situação política”<sup>6</sup>.*

Nessa interpretação, o autor considera que o golpe militar veio para normalizar a nossa situação política até então marcada pela desordem. Há um claro apoio ao golpe militar e uma forte crítica aos movimentos sociais que ganhavam espaço durante o governo de João Goulart.

Em uma visão oposta, a obra *História: caminhos do homem*, publicada em 1991, explica o golpe militar de 1964:

*“Mesmo com plenos poderes, Goulart não conseguiu deter a crescente insatisfação que seu governo despertava em vários setores da sociedade. Inflação, seqüência de greves, progressiva oposição interna e externa, tentativa de implantar uma série de reformas de base (reforma bancária, agrária, educacional, por exemplo) levaram a uma articulação dos meios empresariais com os militares, da qual resultou a derrubada de Goulart, em 31 de março de 1964.*

*Os objetivos dos golpes militares era silenciar, também, os movimentos populares na América Latina, eliminar suas principais lideranças, liquidar com a influência dos sindicatos, desmobilizar o campesinato e, dessa maneira, manter intactas as estruturas de dominação das elites”<sup>7</sup>.*

Aqui, seguindo uma orientação mais próxima do marxismo, a luta de classes é invocada mais de uma vez. São os empresários que articulam o golpe que tem como objetivo desmobilizar e silenciar os movimentos sociais.

Evidentemente não se pode considerar que algum desses autores esteja errado, tratam-se de diferentes concepções políticas. O autor do livro *TDHB* deixa claro que a ordem social deveria ser defendida, enquanto os autores da obra *História: caminhos do homem* valorizam os movimentos sociais e colocam-nos em evidência.

Até mesmo os artigos das revistas que denunciavam a ideologia nos livros didáticos não deixam de incluir seu posicionamento político e seu ideário de organização social. Na matéria da revista *Época*, o jornalista afirma:

*“Em um país democrático, pode-se esperar que os títulos reflitam o amplo espectro ideológico e político da sociedade. Não é o que ocorre. A maioria dos livros – em especial os de História – é simpática ao socialismo e apresenta o livre mercado como um modelo econômico gerador de desigualdade e pobreza.*

*Embora a ênfase seja desequilibrada para a ideologia de esquerda, isso faz parte do jogo democrático. O dado que assusta é a quantidade de distorções que os autores fazem em nome da visão socialista. Existem dois tipos de problemas. O primeiro é a omissão. Ao tratar de revoluções socialistas, como a da China e a de Cuba, vários livros deixam de mencionar o caráter opressivo e ditatorial desses regimes. Além disso, a ideologia leva alguns autores a publicar informações erradas, como dizer que a globalização aumentou a pobreza mundial. Segundo dados da ONU, a abertura do comércio internacional da década de 90 fez com que a renda per capita dos países pobres crescesse mais que a dos países desenvolvidos<sup>8</sup>.*

Ao defender a presença de um amplo espectro ideológico nas obras didáticas, o autor denuncia as distorções presentes nas obras e já define que o socialismo é um regime político caracterizado pela opressão e que a globalização não gera pobreza. Já está presente nessas poucas frases, sem nenhuma análise substancial, a crítica ao regime socialista e a defesa da globalização na sociedade capitalista. Seria possível listar uma infinidade de autores e textos que fazem a crítica da globalização como concentradora de riquezas. Estariam então todos os autores errados? Trata-se na verdade de um complexo debate que não tem certo ou errado, mas diferentes argumentos e concepções.

Por fim, cabe esclarecer que uma obra didática não pode ser doutrinária, ou seja, ela não pode fazer propaganda política, partidária ou criar artifícios para induzir alguém a se filiar a uma determinada corrente de pensamento. No entanto, como vimos acima, não é possível exigir que as obras sejam isentas de opinião; da mesma forma, as matérias jornalísticas também não são isentas. As obras didáticas devem, sim, apresentar diversas visões de mundo e correntes de pensamento, devem ser plurais o tanto quanto é possível, mas isso também não garante isenção. O discurso da isenção acaba sendo sempre uma forma de encobrir um pensamento que está subjacente e enraizado em uma obra.

Vale ainda uma última observação. A primeira dessa série de matérias que condenava a manipulação ideológica presentes nas obras didáticas foi publicada pelo jornal O Globo e assinada pelo jornalista Ali Kamel. Essa matéria muito bem redigida critica a obra *Nova História Crítica* de Mario Schmidt. Kamel denuncia a visão excessivamente favorável aos regimes socialistas e a condenação equivocada do capitalismo. Isso ocorre, segundo ele, de maneira maniqueísta, na qual o socialismo aparece como o bem e o capitalismo como o mal. Segundo Kamel:

*“O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários<sup>9</sup>”.*

As críticas de Kamel devem ser examinadas e levadas em conta, mas até mesmo nesse caso a história pode ser escrita de outra forma. Leia o que Mario Schmidt escreve em outro volume da obra sobre o socialismo na extinta URSS:

*“(...) Seu regime político não era nem um pouco democrático. As pessoas não tinham o direito de criticar o governo nem de expressar idéias diferentes da doutrina oficial do Estado. Até mesmo homens e mulheres socialistas foram presos e fuzilados sob a acusação de serem ‘inimigos do socialismo’.*

*Nos anos 80, a economia da URSS entrou em crise. A população não suportava mais a falta de produtos para o consumo e a ausência de liberdades políticas; por fim, houve eleições livres e os comunistas foram derrotados. A URSS desapareceu. Em seu lugar, surgiram inúmeros países, como a Rússia, a Ucrânia e outros que rapidamente se tornaram capitalistas.”*

O autor conclui:

*“O fim do regime socialista na URSS e em outros países da Europa Oriental no final do século XX serviu para convencer a maioria da humanidade de que o ideal socialista não passa de uma utopia. Mas será que a única alternativa para o capitalismo seria mesmo uma sociedade como a que existiu na antiga URSS? Será que a URSS era realmente socialista? O ideal socialista ainda encontrará lugar nos corações e mentes dos jovens do século XXI? As respostas para essas questões, amigos leitores, são vocês que devem encontrar”<sup>10</sup>.*

O mesmo autor, que seria defensor do socialismo, também abre espaço para a crítica em outro volume de sua obra. Ele explicita que talvez um outro socialismo seja possível. Sua crítica ao capitalismo é clara nas páginas anteriores. No entanto, não deixa de ter uma visão crítica da realidade, propondo o debate se seria válido ou não o socialismo.

Para concluir, é preciso, então, lembrar dos dizeres do historiador britânico E. H. Carr, que certamente valem tanto para os historiadores como para os jornalistas:

*“Os fatos na verdade não são absolutamente como peixes na peixaria. Eles são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que ele usa”<sup>11</sup>.*

## Notas

<sup>1</sup> CHAUI, Marilena. *O que é ideologia?* 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 108-109.

<sup>2</sup> CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Ática, 1986, p. 35.

<sup>3</sup> PÉRRONET, Michel. *Revolução Francesa em 50 palavras-chaves*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 191.

<sup>4</sup> POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1940, p. 560-562.

<sup>5</sup> MOSCHINI, Felipe; Otto Costa; MUSSUMECI, Victor. *Moral e civismo*, 1º volume. São Paulo: Editora do Brasil, s.d., p. 145-147.

<sup>6</sup> LUCCI, Elian Alabi. *Trabalho Dirigido de História do Brasil (THDB)*, 2º grau. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 231-232.

<sup>7</sup> MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. *História: caminhos do homem*. Belo Horizonte: Lê, 1991, p. 87 e 113.

<sup>8</sup> MANSUR, Alexandre; VICÁRIA, Luciana; LEAL, Renata. Revista *Época*, no 492, 22/10/2007, p. 62.

<sup>9</sup> KAMEL, Ali. O que ensinam às nossas crianças. *O Globo*, 18/09/2007.

<sup>10</sup> SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 7ª. Série. São Paulo: Nova Geração, 1999, p. 10.

<sup>11</sup> CARR, E. H. *O que é história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 24.